

# Mapeamento da rede de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no RS

Dezembro/22



**CEEVSCA/RS**

*Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*

# Introdução

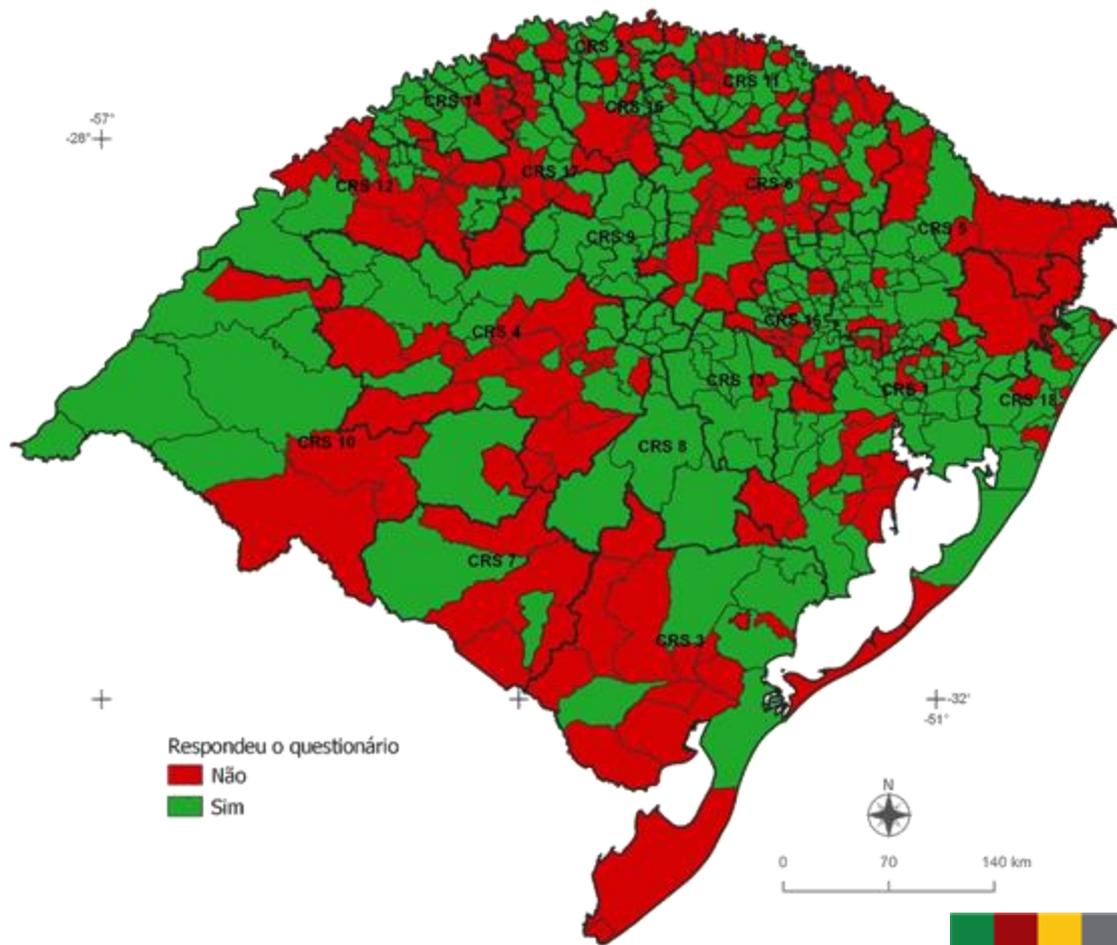
- O estudo foi desenvolvido pelo **Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA/RS)**, vinculado à Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social (SICDHAS), em parceria com o Programa RS Seguro, o Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG), a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/RS) e o Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.
- **Objetivo:** mapear a rede de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no RS, visando produzir e divulgar informações sobre os diversos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência e contribuir para a definição de estratégias para a implantação da Lei Federal nº 13.431/2017 e do Decreto nº 9.603/2018.



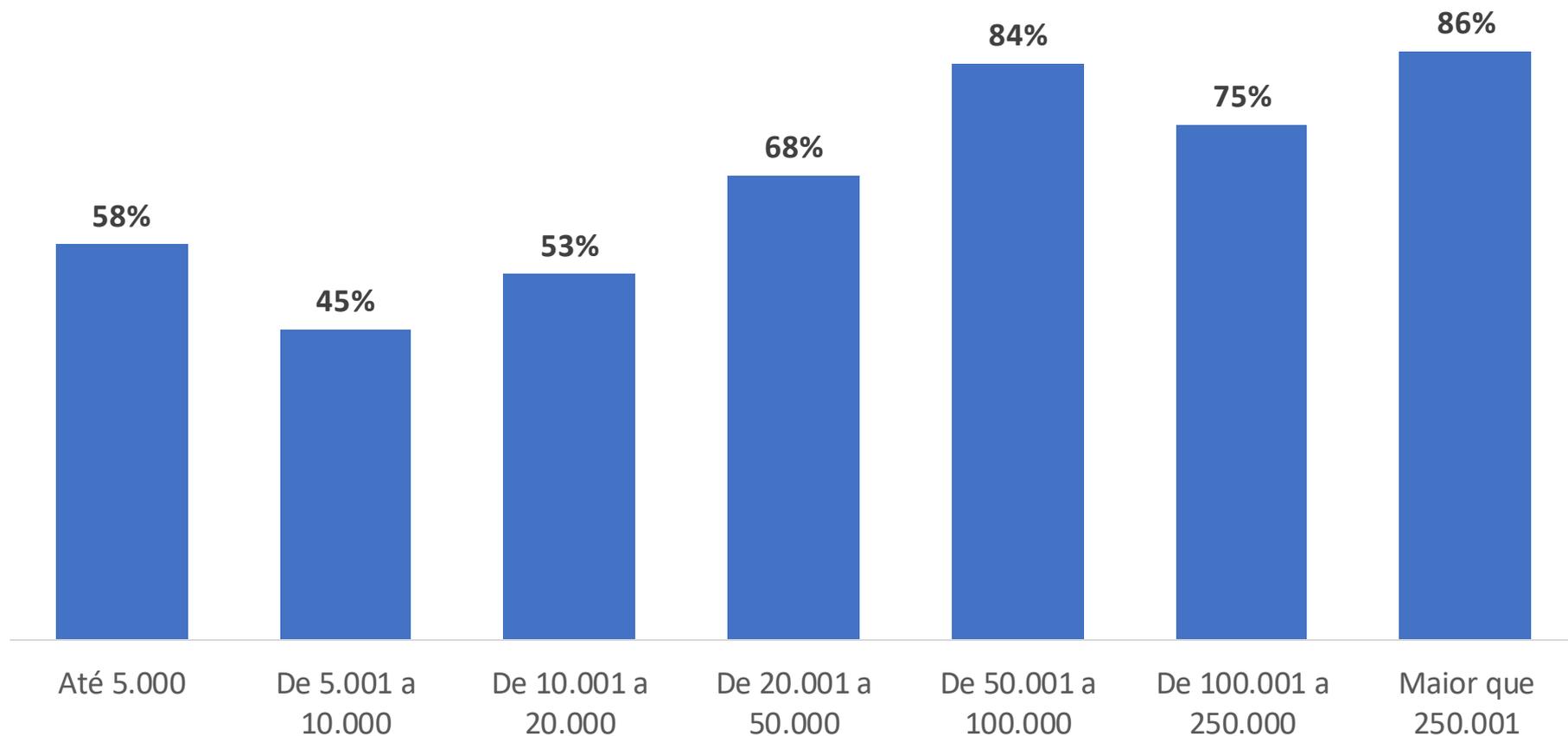
# Características dos municípios que responderam

# Municípios que responderam ao questionário

- Do total de 497 municípios do Rio Grande do Sul, **58% (288) deles responderam** ao questionário enviado.
- Esses municípios concentram **74% da população** do Rio Grande do Sul.



# Municípios que responderam por faixa de população



# Órgãos responsáveis pelo preenchimento do questionário

|  | Respostas | Participação |
|--|-----------|--------------|
| Saúde  | 200       | 69%          |
| Assistência Social   | 189       | 66%          |
| Conselho Tutelar   | 99        | 34%          |
| Educação   | 83        | 30%          |
| Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente | 65        | 23%          |
| Segurança Pública  | 27        | 9%           |
| Sociedade Civil  | 5         | 2%           |



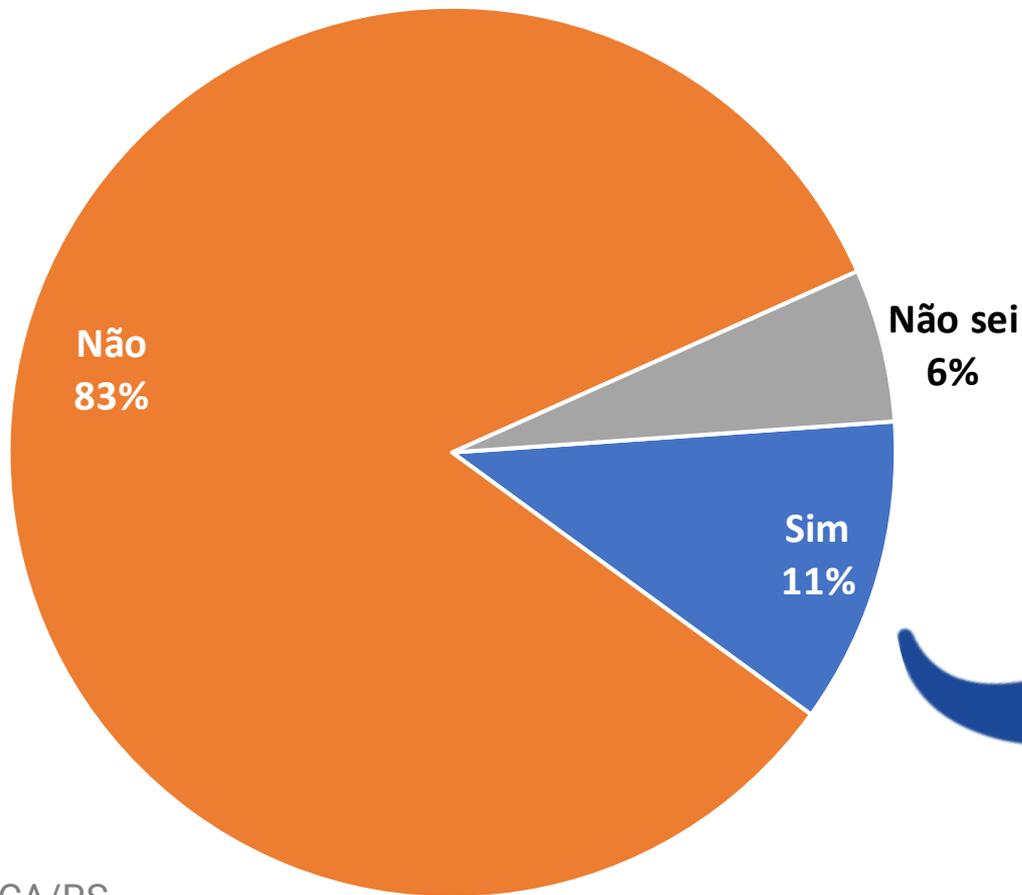
**Normativas e colegiados  
existentes nos municípios**

# O grupo tem conhecimento de alguma dessas normativas ou órgãos?

|  | Respostas | Participação |
|--|-----------|--------------|
| Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida) e Decreto nº 9.603/2018   | 206       | 71,5%        |
| Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013)   | 149       | 51,7%        |
| Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Decênio: 2019-2029)   | 116       | 40,3%        |
| Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA/RS)  | 106       | 36,8%        |
| Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do Rio Grande do Sul | 60        | 20,8%        |
| Não tenho conhecimento sobre essas normativas e órgãos   | 48        | 16,7%        |



## O município conta com um Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes?

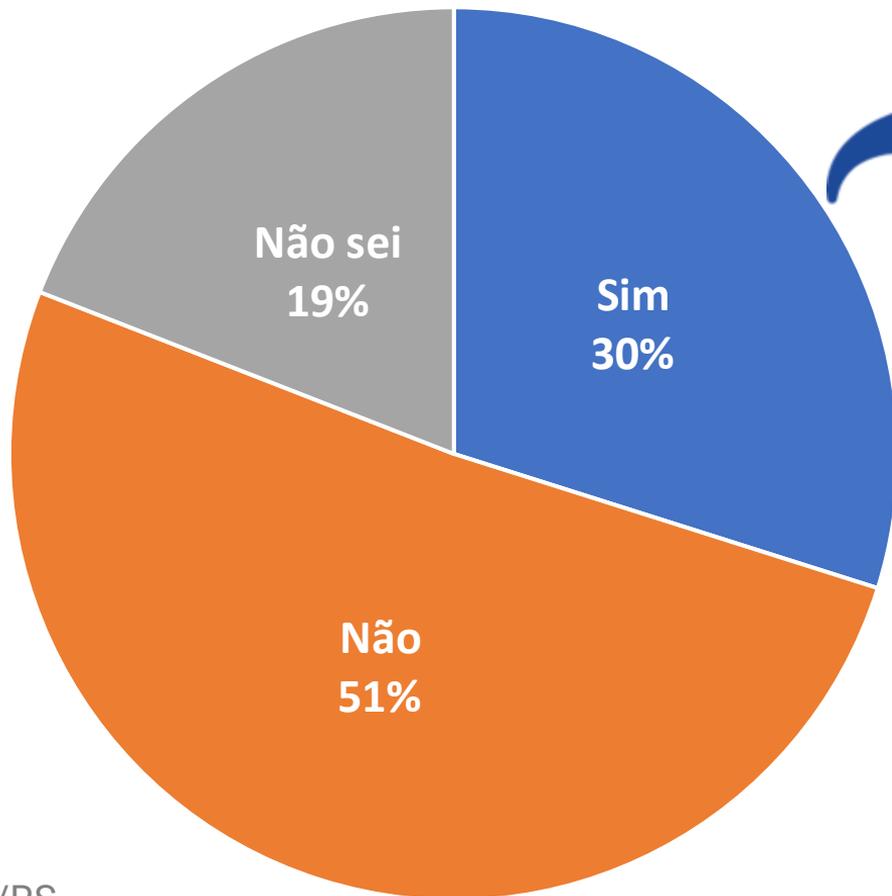


Principais órgãos que participam dos comitês: Assistência Social (84%) e Saúde (75%). Também foram citados a Educação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Segurança Pública.



**Recursos financeiros destinados  
a ações de enfrentamento à  
violência contra crianças e  
adolescentes**

# Existem recursos financeiros dos fundos municipais destinados a ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes?

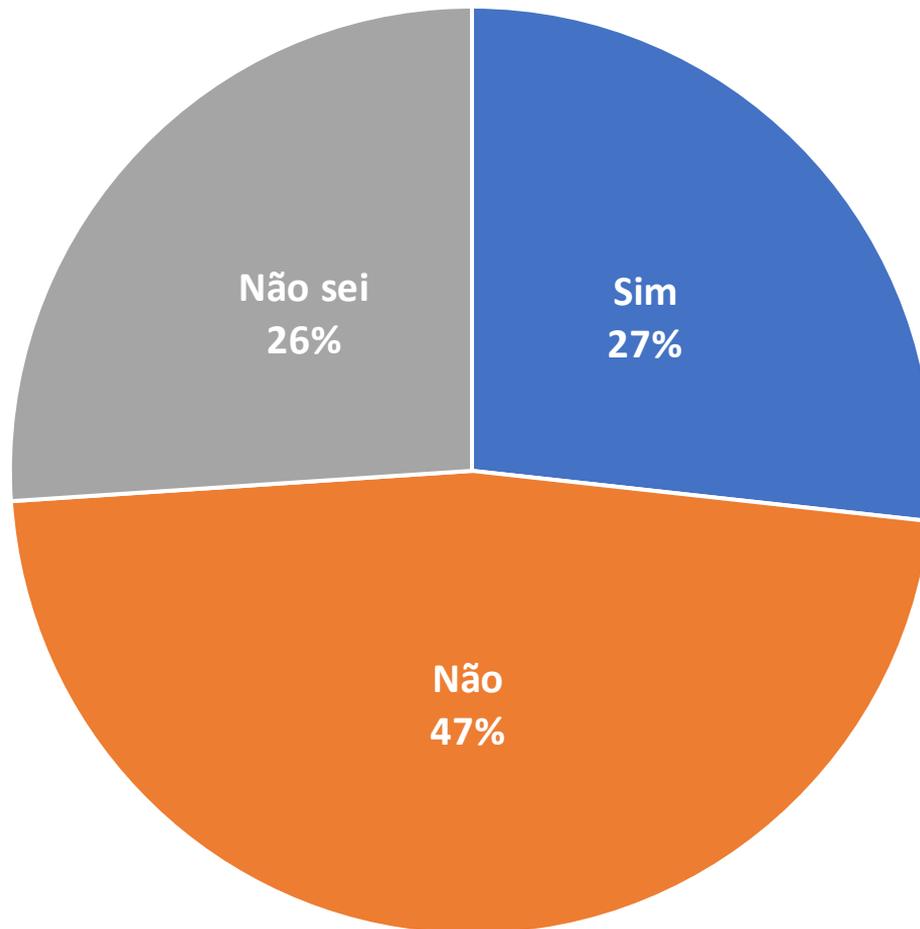


|   | Respostas |
|---|-----------|
| Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Fundo da Infância e Adolescência (FIA) | 75        |
| Fundo Municipal de Assistência Social   | 8         |
| Recursos Próprios   | 3         |
| COMDICA   | 2         |
| Recursos Financeiros Municipais Disponíveis   | 1         |
| Fundo Municipal de Saúde  | 1         |
| Recurso Livre   | 1         |
| Conselho tutelar  | 1         |
| Fundos próprios da Assistência Social   | 1         |

Obs: permite mais de uma resposta

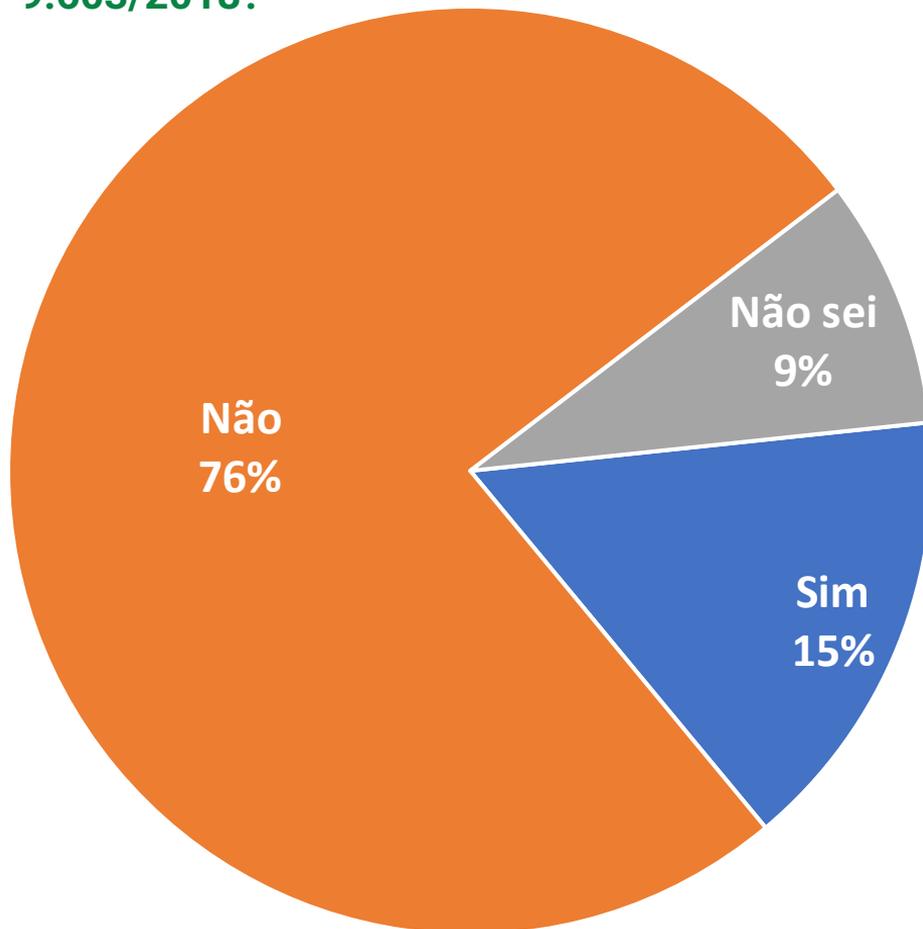


**Existe previsão de recursos do orçamento público (Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual) destinados a ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes?**



# **Implantação da Lei Federal nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)**

## O município conta com um Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência previsto no Decreto nº 9.603/2018?

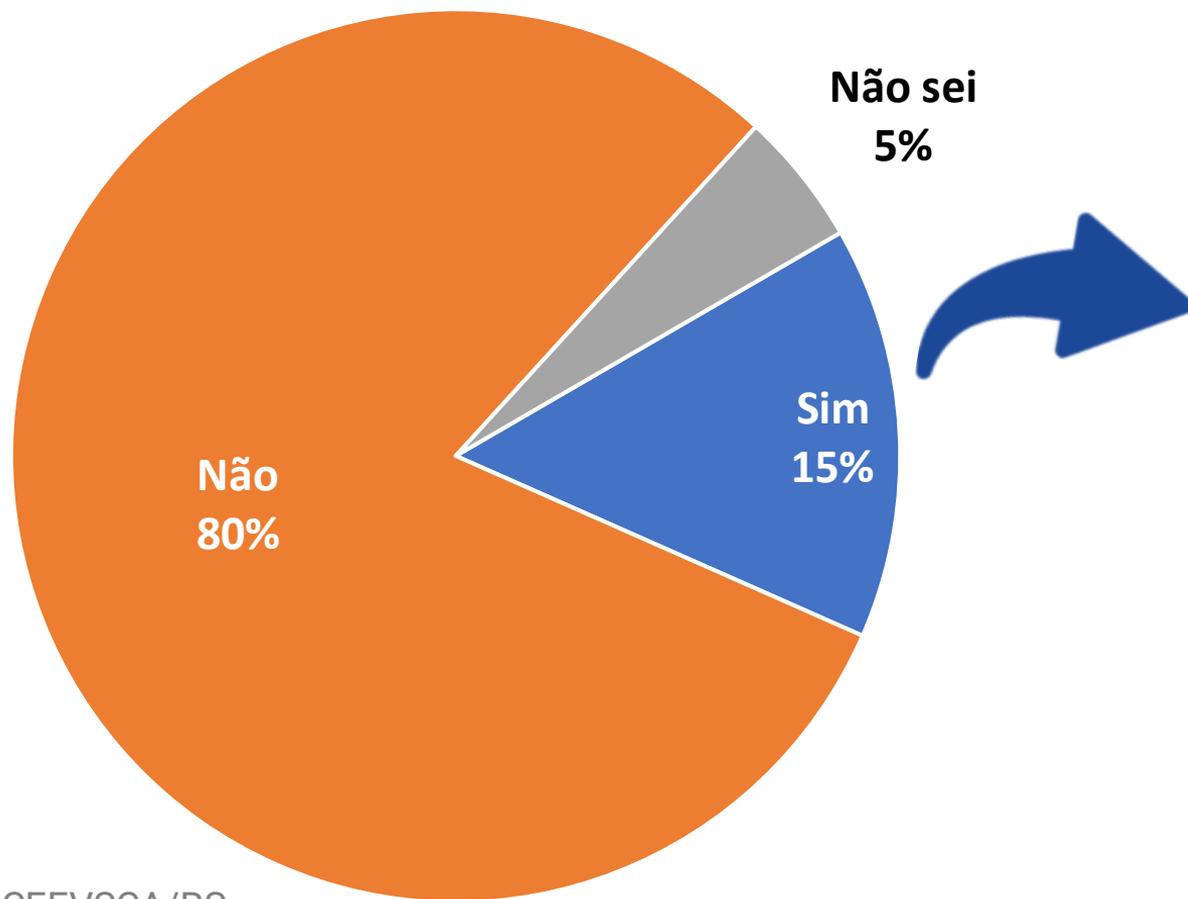


## Indique os serviços/instituições governamentais e não governamentais existentes no município que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência.

| Órgão  | Respostas | Participação |
|--|-----------|--------------|
| Conselho Tutelar   | 278       | 96,5%        |
| Unidade Básica de Saúde (UBS)/Unidade de Saúde da Família (USF)    | 275       | 95,5%        |
| Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)                 | 268       | 93,1%        |
| Brigada Militar  | 253       | 87,8%        |
| Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente        | 242       | 84,0%        |
| Sistema Educacional  | 205       | 71,2%        |
| Delegacia de Polícia   | 181       | 62,8%        |
| Ministério Público   | 159       | 55,2%        |
| Poder Judiciário   | 146       | 50,7%        |
| Hospital   | 143       | 49,7%        |
| Defensoria Pública   | 138       | 47,9%        |
| Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) | 83        | 28,8%        |
| Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)                              | 73        | 25,3%        |
| Organizações da Sociedade Civil (OSC's)                            | 71        | 24,7%        |
| Outros   | 19        |              |



## O município possui um Serviço de Referência para o atendimento/acolhimento inicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência?



A qual(is) secretaria(s) ou órgão(s) está vinculado?

|                             | Respostas | Participação |
|-----------------------------|-----------|--------------|
| Assistência Social          | 31        | 72,1%        |
| Saúde                       | 22        | 51,2%        |
| Educação                    | 2         | 4,7%         |
| Conselho Tutelar            | 2         | 4,7%         |
| Hospital Geral              | 1         | 2,3%         |
| Delegacia                   | 1         | 2,3%         |
| Segurança Pública Municipal | 1         | 2,3%         |



# Grupos tradicionais e específicos

- Dos 288 municípios que responderam o formulário, **181 (62,8%) possuem grupos tradicionais e específicos.**
- **Em 159 destes**, a rede de garantia de direitos do município **realiza o atendimento/acompanhamento** de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de grupos tradicionais e específicos. O atendimento é realizado aos seguintes grupos:

|  | Respostas | Participação |
|--|-----------|--------------|
| Família de Agricultores Familiares                             | 127       | 79,9%        |
| Família de Catadores de Material Reciclável                    | 87        | 54,7%        |
| Família de Preso do Sistema Carcerário                         | 85        | 53,5%        |
| Quilombolas  | 39        | 24,5%        |
| Indígenas  | 37        | 23,3%        |
| Família de pescadores artesanais                               | 34        | 21,4%        |
| Família beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário | 29        | 18,2%        |
| Família Ribeirinha   | 22        | 13,8%        |
| Família Assentada da Reforma Agrária                           | 22        | 13,8%        |
| Família pertencente à comunidade de terreito                   | 21        | 13,2%        |
| Família Cigana   | 18        | 11,3%        |
| Família Acampada   | 14        | 8,8%         |
| Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura         | 14        | 8,8%         |
| Família Extrativista   | 6         | 3,8%         |

Obs: Pergunta que permite mais de uma resposta



## Atendimento aos povos indígenas

- Dos municípios que responderam que realizam atendimento a indígenas, as **etnias** presentes são guarani (em 20 municípios), kaingang (23) e charruas e waraos (1).
- Em apenas dois desses municípios havia um **profissional capacitado** para a realização do atendimento/acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de comunidades indígenas, sendo um indigenista e um sociólogo. Nenhum município relatou ter antropólogos na equipe.



# Escuta especializada

- Dos 288 municípios que responderam ao questionário, 52,1% (150) afirmaram que a rede de proteção municipal realiza a **escuta especializada** da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Conforme estes municípios, o procedimento de escuta especializada é realizado pelos seguintes órgãos:

| Órgão   | Respostas | Participação |
|---|-----------|--------------|
| Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)  | 104       | 69,3%        |
| Conselho Tutelar  | 97        | 64,7%        |
| Unidade Básica de Saúde (UBS)/Unidade de Saúde da Família (USF)   | 86        | 57,3%        |
| Educação  | 60        | 40,0%        |
| Delegacia de Polícia  | 42        | 28,0%        |
| Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)  | 39        | 26,0%        |
| Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)   | 22        | 14,7%        |
| Hospital  | 20        | 13,3%        |
| Serviço de Referência para o atendimento/acolhimento inicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência | 16        | 10,7%        |
| Outros  | 16        |              |



## Qual(is) órgão(s) realizam o procedimento de depoimento especial da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência no município?

| Órgão             | Respostas | Participação |
|-------------------|-----------|--------------|
| Poder Judiciário  | 164       | 56,9%        |
| Segurança Pública | 89        | 30,9%        |
| Não sei           | 50        | 17,4%        |
| Conselho tutelar  | 9         | 3,1%         |
| Nenhum            | 11        | 3,8%         |
| Outros            | 12        | 4,2%         |



# Trabalho em rede

# Fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

- 173 municípios (60,1%) responderam que as vítimas de violência sexual com suspeita ou confirmação de gravidez são referenciadas para **hospital cadastrado, para interrupção da gravidez ou acompanhamento pré-natal**. No entanto, em 111 deles não havia registro de vítima encaminhada nos últimos anos.
- Os 62 municípios que encaminharam vítimas para interrupção da gravidez ou acompanhamento pré-natal utilizaram os seguintes hospitais cadastrados:

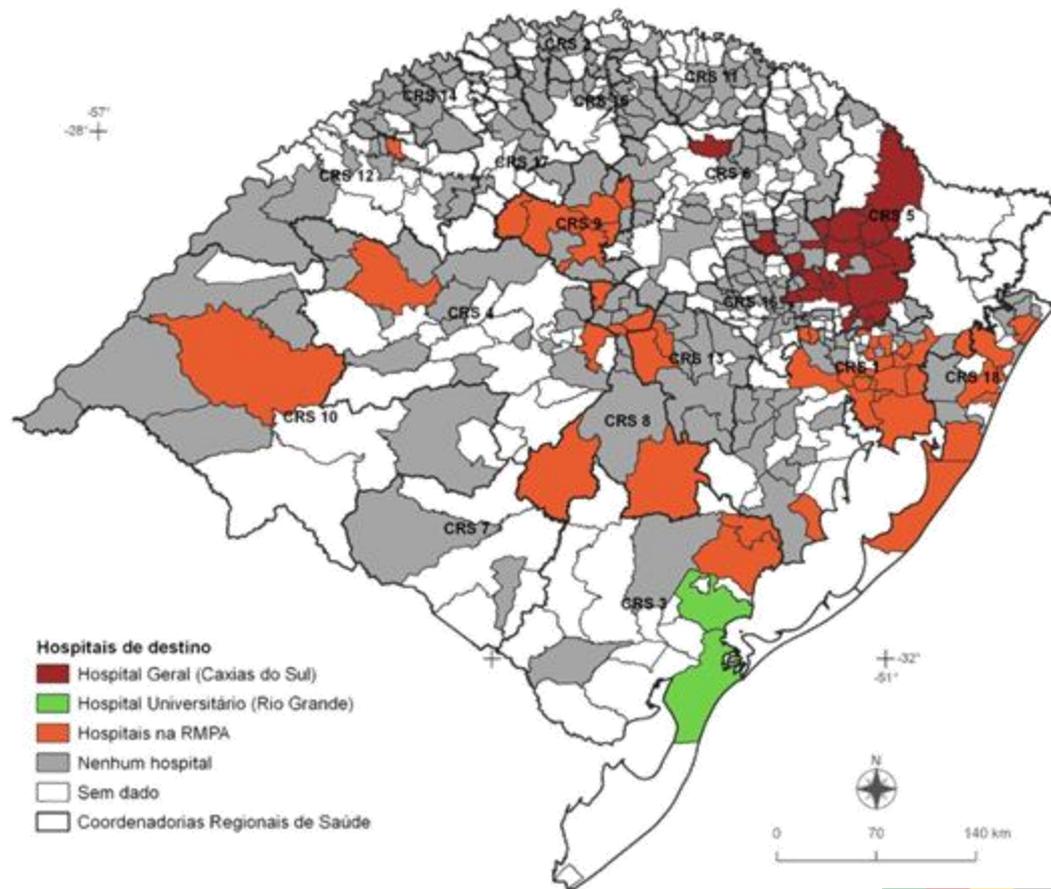
|  | Respostas |
|--|-----------|
| Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (Porto Alegre)     | 37        |
| Hospital Geral (Caxias do Sul)                                 | 21        |
| Hospital Fêmeina (Porto Alegre)                                | 15        |
| Hospital de Clínicas (Porto Alegre)                            | 8         |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição SA (Porto Alegre)          | 7         |
| Hospital Universitário (Canoas)                                | 3         |
| Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (Rio Grande) | 2         |

Obs: Pergunta que permite mais de uma resposta



# Fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

- Há uma grande concentração geográfica dos hospitais cadastrados. Dos sete existentes, cinco estão na RMPA, sendo quatro deles em Porto Alegre e um em Canoas.
- Há ainda um hospital em Rio Grande e outro em Caxias, que recebem vítimas de municípios vizinhos.

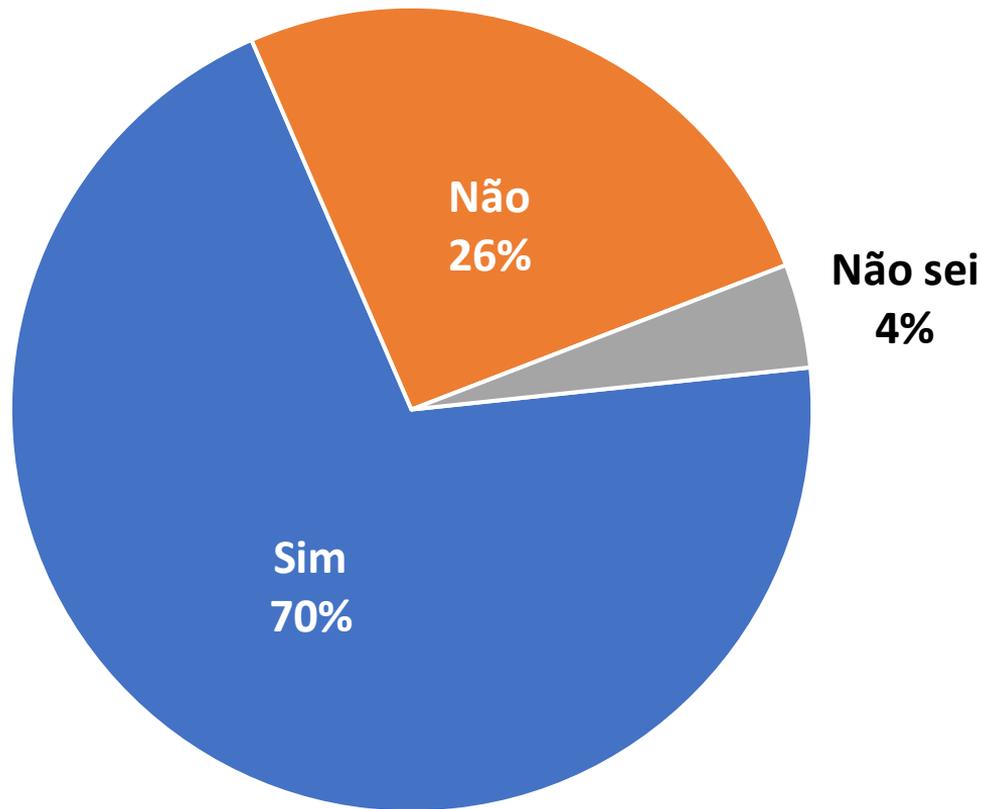


# Fluxos de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

- Em apenas 151 municípios (52%) há algum fluxo estabelecido para o **registro e o compartilhamento de informações pelos órgãos da rede** de garantia de direitos.
- Nestes, as formas de compartilhamento mais citadas foram a discussão de caso, seguida pela Ficha impressa/ Relatório/ Ofício, Contato telefônico/ WhatsApp e Envio de e-mail.



São realizados encontros sistemáticos entre os serviços da rede de garantia de direitos para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes?



## Dos órgãos listados abaixo, ordene os que mais comunicam as situações de violência contra crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar

|                                       | Menos<br>comunica | <   | <   | <   | <   | Mais<br>comunica |
|---------------------------------------|-------------------|-----|-----|-----|-----|------------------|
|                                       | 1                 | 2   | 3   | 4   | 5   | 6                |
| Sistema Educacional                   | 7%                | 6%  | 10% | 27% | 20% | 30%              |
| Assistência Social                    | 5%                | 13% | 15% | 19% | 28% | 21%              |
| Sistema de Saúde                      | 1%                | 8%  | 20% | 28% | 24% | 18%              |
| Denúncias anônimas                    | 7%                | 23% | 25% | 11% | 15% | 18%              |
| Disque 100 (Disque Denúncia Nacional) | 22%               | 31% | 17% | 11% | 9%  | 10%              |
| Organizações da Sociedade Civil / OSC | 59%               | 18% | 12% | 4%  | 3%  | 4%               |



## Quais são os serviços da rede de garantia de direitos do município que realizam o preenchimento da ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN?

|   | Respostas | Participação |
|---|-----------|--------------|
| UBS/ESF   | 244       | 84,7%        |
| Hospital  | 111       | 38,5%        |
| Conselho Tutelar  | 79        | 27,4%        |
| CRAS  | 63        | 21,9%        |
| Sistema Educacional   | 37        | 12,8%        |
| CAPS  | 35        | 12,2%        |
| CREAS   | 27        | 9,4%         |
| Serviço de Referência para o atendimento/acolhimento inicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência | 19        | 6,6%         |
| Não sei   | 6         | 2,1%         |
| Outros  | 17        | 5,9%         |



# Ações de capacitação e qualificação

## Espaço de livre preenchimento, ao final da pesquisa:

**Caso avalie importante relatar algo relativo a um dos itens anteriores, que não foi abordado pelo formulário, escreva abaixo.**

- **Doze municípios** apontaram, ao final da pesquisa, a necessidade de ações de capacitação e qualificação acerca da temática da Lei da Escuta Protegida que contribuam no processo de trabalho das equipes, como nos seguintes trechos:
- “O tema é bastante importante e deve estar presente nos debates e nas ações das instituições que fazem parte da rede de enfrentamento. Para isso é importante ter recursos financeiros e capacitações para as equipes [...]”.
- “Consideramos extremamente importante e necessário que o estado disponibilize maior capacitação aos profissionais da equipe que desempenham ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes (mais especificamente violência sexual), bem como maior suporte aos Conselhos Tutelares, visto que este órgão possui grande dificuldade e insegurança de atuação quando ocorridas essas situações”.



## COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Equipe técnica responsável pela elaboração:

**Alan Jeison Moura Stangherlin** – *Psicólogo da Secretaria Estadual da Saúde-RS*

**Aleura ana Provenzi** – *Psicóloga da Coordenação Estadual da Divisão de Primeira Infância - Primeira Infância Melhor (PIM) da Secretaria Estadual da Saúde*

**André Coutinho Augustin** – *Analista Pesquisador do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-RS*

**Andreia Paz Rodrigues** – *Defensora Pública e Dirigente do NUDECA – Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente*

**Daiane Boelhouver Menezes** – *Analista Pesquisadora da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-RS)*

**Juliano Pilotto Abelardino da Silva** – *Indigenista Especializado do Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania da Coordenação Regional do Litoral Sul da FUNAI*

**Mariana Lisboa Pessoa** – *Analista Pesquisadora do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-RS*

**Rosângela Machado Moreira** – *Psicóloga da Secretaria Estadual da Saúde-RS e Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA-RS)*

**Silvia da Silva Tejedas** – *Assistente Social do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (CAOIJEFAM-MPRS)*

